



Planos diretores e a expansão urbana em Ilhéus (Bahia, 1930-1938)

Planes directores y la expansión urbana en Ilhéus (Bahía, 1930-1938)

Simpósio E3_08 – Estado, técnica e política na conformação dos territórios

Iuri Dantas da Silva Andrade
Universidade de São Paulo, Brasil
iuridantas@usp.br

Resumo: Este artigo examina a revisão do primeiro Plano Diretor de Ilhéus-BA (1933) como expressão das transformações técnicas e institucionais do urbanismo brasileiro nos anos 1930. O conflito entre os engenheiros Archimedes Gonsalves e Paulo Peltier de Queiroz, inicialmente motivado por críticas aos cálculos de saneamento e à precisão das plantas, envolveu também hierarquias profissionais, disputas geracionais e a centralização administrativa promovida pelo Estado varguista. A atuação de Queiroz no Departamento Central das Municipalidades consolidou uma engenharia estatal orientada por critérios técnicos e pelo controle burocrático, em contraste com a tradição acadêmica representada por Gonsalves. A leitura teórica e técnica apoiada em Kranakis, Warner, Akrich e Picon revela que a disputa sobre o plano de Ilhéus ultrapassou questões de método, iluminando tensões mais amplas entre teoria e empirismo na constituição do urbanismo moderno no Brasil.

Palavras-chave: plano diretor; urbanização; engenharia; Estado Novo; Ilhéus-BA.

Resumen: Este artículo examina la revisión del primer Plan Director de Ilhéus-BA (1933) como expresión de las transformaciones técnicas e institucionales del urbanismo brasileño en la década de 1930. El conflicto entre los ingenieros Archimedes Gonsalves y Paulo Peltier de Queiroz, inicialmente motivado por críticas a los cálculos de saneamiento y a la precisión de los planos, involucró también jerarquías profesionales, disputas generacionales y la centralización administrativa promovida por el Estado varguista. La actuación de Queiroz en el Departamento Central de las Municipalidades consolidó una ingeniería estatal orientada por criterios técnicos y por el control burocrático, en contraste con la tradición académica representada por Gonsalves. La

lectura teórica y técnica apoyada en Kranakis, Warner, Akrich y Picon revela que la disputa en torno al plan de Ilhéus superó cuestiones de método, iluminando tensiones más amplias entre teoría y empirismo en la constitución del urbanismo moderno en Brasil.

Palabras-clave: plan director; urbanización; ingeniería; Estado Novo; Ilhéus-BA.

A cidade de Ilhéus na década de 1930

“Houve um pouco de má vontade, acreditamos, da parte do engenheiro Arquimedes de Siqueira Gonsalves, em julgar o nosso projeto, sem o ter lido”,¹ escreveu o engenheiro baiano Paulo Peltier de Queiroz em 14 de novembro de 1936. E “[...] se isto fizesse, só haveria de incorrer no deslize que incorreu, se os seus conhecimentos técnicos estivessem muito abaixo do que acreditamos”, sentenciou. O tom já se delineava em passagens anteriores: “não podemos acreditar que o engenheiro Arquimedes de Siqueira Gonsalves não saiba examinar um projeto”, e observou que “um simples exame, que qualquer estudante de engenharia sabe fazer”, bastaria para evidenciar os erros de escala nas canalizações de esgoto e nos cálculos da planta de conjunto da cidade de Ilhéus.

Tais críticas ao engenheiro Arquimedes Gonsalves se inserem na proposta de Queiroz em indicar, sob sua perspectiva, uma série de problemas técnicos presentes no plano diretor da cidade de Ilhéus, publicado em 1933, o primeiro a ser reconhecido pelo governo da Bahia, tendo sua execução mantida por uma lei estadual especial.² A atenção a esse plano revela uma posição estratégica de Ilhéus no estado da Bahia, em um período de intensas modificações econômicas, políticas e espaciais.

A economia baiana, até o final do século XIX, apresentava o cacau como um produto de menor expressão nas pautas de exportação. Por outro lado, o período da Primeira República assistiu à ascensão do fruto como principal vetor do crescimento econômico estadual. A partir de 1904, impulsionada pelo incremento da demanda internacional, a amêndoa consolidou-se como a

¹ QUEIROZ, Paulo Peltier de. M) – Exposição de motivos. Defeza apresentada ao Conselho da Caixa Economica. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéus e a questão do empréstimo**. Bahia: [s. n.], 1936, p. 84.

² O decreto N. 8.432, de 23 de maio de 1933, assinado pelo então interventor federal na Bahia, Juracy Magalhães, aprovou o projeto de urbanização e saneamento da cidade de Ilhéus. O texto fixava critérios para sua execução: “Art. 1º Fica aprovado, para os efeitos legais, inclusive para o de desapropriações, o projecto de urbanização e saneamento da cidade de Ilhéus, apresentado pelos engenheiros Manuel da Rin e Archimedes de Siqueira Gonsalves; Art. 2º Salvo modificações, reclamadas por necessidades supervenientes, a juízo de technicos e com aprovação do Governo do Estado, a Prefeitura de Ilhéus terá por norma dos melhoramentos urbanos o projeto em apreço [...], na forma do parecer da Directoria de Obras.” Este último artigo, tornar-se-ia peça central nas discussões posteriores, servindo de base para legitimar as modificações nas propostas do plano diretor de 1933. BAHIA. Decreto N. 8432, de 23 de maio de 1933. In: DA RIN, Manoel; GONSALVES, Archimedes de Siqueira. **Plano director para a remodelação e expansão da Cidade de Ilhéus**: relatório. Salvador: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1933, p. 111–112.

principal *commodity* exportada, superando o fumo em valor.³ Na década de 1930, essa relevância econômica alcançou seu ápice, com o cacau representando 42% do valor total das exportações baianas, firmando-se como fonte central de riqueza ao longo do século XX.⁴

No entanto, diante da crise nas lavouras cacaueiras em 1929, a administração do interventor Juracy Magalhães (1931-1937) estabeleceu colaboração com a municipalidade de Ilhéus em medidas como a renegociação de dívidas e a ampliação de crédito para os produtores. Nesse contexto, o prefeito Eusínio Lavigne (1930-1937) emergiu como figura proeminente na administração municipal, em consonância com o *juracismo*, estendendo sua atuação até a renúncia do interventor em 1937, consequência do golpe do Estado Novo.⁵ A execução ou planejamento de intervenções urbanas por Lavigne, com atuação além do centro histórico de Ilhéus, sugere uma conexão com a instabilidade econômica e as transições políticas nos níveis regional e nacional. O discurso de revitalização urbana e reestruturação política, característico da era varguista, refletia uma aspiração de reorganização nacional.⁶

De toda forma, a materialização dessas intervenções urbanas exigiu a delimitação das áreas sob jurisdição municipal. Terrenos adjacentes ao núcleo urbano, a exemplo de antigas fazendas situadas em morros ou áreas suburbanas, passaram por uma ocupação progressiva de trabalhadores integrados à dinâmica urbana. Em certas áreas, a desapropriação e o loteamento suscitaram conflitos judiciais entre a prefeitura e os proprietários.⁷

A elaboração inicial da planta semicadastral da cidade, para dar entendimento da área construída, foi finalizada em julho de 1932 pelos engenheiros Mario Carlos da Silva e Antonio Fares Kalil, e culminou na aprovação, por decreto no ano subsequente, do “Plano Director para a Remodelação e Expansão da Cidade de Ilhéus”.⁸ O documento de 1933, estruturado em oito seções, além de anexos e apensos, tinha como objetivo inicial a integração das áreas rurais intersticiais ao tecido urbano consolidado, concomitantemente ao estabelecimento de diretrizes rigorosas para o

³ FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. **Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus (1890-1930)**. 1983. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983, p. 39.

⁴ FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **Os donos dos frutos de ouro**. 122 p. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979, p. 68.

⁵ FALCÓN, **Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus (1890-1930)**, p. 104.

⁶ CAPELATO, Maria Helena, O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 113.

⁷ RIBEIRO, André Rosa. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005, p. 107.

⁸ DA RIN, Manoel; GONSALVES, Archimedes de Siqueira, **Plano director para a remodelação e expansão da Cidade de Ilhéus**: relatório, p. 105–107.

crescimento futuro da cidade.⁹ A consecução desses fins demandava a instituição de regulamentações mais estritas, notadamente quanto à configuração das moradias, à higiene urbana e aos procedimentos de desapropriação, medidas com potencial impacto sobre as populações mais pobres.

Apesar dos questionamentos posteriores de Queiroz acerca da viabilidade e pertinência de certas proposições do plano – como a projeção de amplas avenidas arborizadas nas cumeadas dos morros, destinadas a moradias em estilo “bangalô” para o “melhoramento do aspecto paisagístico” em zonas qualificadas como “deturpadas por construções antiestéticas, distribuídas desordenadamente”¹⁰ –, a seção referente aos cálculos de esgotamento sanitário constituiu o principal fator para a retificação do documento. Isso evidenciou a necessidade de adequações para a operacionalização do projeto urbanístico, já que o imperativo de ajuste na infraestrutura sanitária sublinhava a complexidade técnica e a magnitude das intervenções propostas, especialmente em um contexto de crescimento econômico e urbano.

Crítica e revisão

Em 1935, o engenheiro Paulo Peltier de Queiroz, recém-formado pela Escola Politécnica da Bahia, publicou na *Revista da Directoria de Engenharia* uma análise severa do primeiro plano diretor da cidade de Ilhéus, questionando suas bases técnicas e metodológicas. Para ele, o esgotamento sanitário e pluvial foi considerado “insuficiente e inadequado” às condições topográficas e climáticas da cidade.¹¹ O artigo causou repercussão entre os profissionais da engenharia baiana e provocou resposta institucional imediata. Nesse caso, o prefeito Eusínio Lavigne convidou o próprio Queiroz e o engenheiro Galdino Mendes Filho para revisar o plano, numa tentativa de conciliar a crítica técnica com a execução das obras públicas. Enéas Gonçalves Pereira, a serviço da Caixa Econômica Federal da Bahia, recebeu a incumbência de avaliar o projeto, já que a municipalidade buscava um empréstimo no referido órgão para viabilizar as obras.

O parecer de Pereira reconheceu o mérito do plano original, mas advertiu que modificações substanciais só poderiam ocorrer mediante autorização técnica estadual. Ele considerou que a revisão proposta pelos engenheiros reduzia injustificadamente os parâmetros de precipitação

⁹ ANDRADE, Iuri Dantas da Silva. **A formação da zona suburbana da cidade de Ilhéus (1888-1933)**. 2022. 129 p. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021, p. 84.

¹⁰ DA RIN; GONSALVES, **Plano director para a remodelação e expansão da Cidade de Ilhéus**: relatório, p. 22.

¹¹ QUEIROZ, Paulo Peltier de. O plano Director da Cidade de Ilhéus. *Revista da Directoria de Engenharia*, v. 3, p. 131–132, 1935.

pluviométrica, diminuindo a taxa de 0,06 mm/h para 0,02 mm/h, e que essa decisão carecia de base empírica local. Para Pereira, a revisão ignorava dados observados na estação meteorológica de Água Preta (atual Uruçuca), onde haviam sido registradas precipitações superiores a 40 mm em apenas uma hora. O engenheiro alertou que a adoção de parâmetros tão baixos poderia levar ao subdimensionamento do sistema de drenagem, comprometendo a eficiência das futuras obras. Pereira também criticou a decisão dos revisores em alterar os canais abertos de esgoto – previstos no plano original –, por galerias cobertas.¹²

Os revisores se defenderam afirmando que seus ajustes não alteravam o conteúdo essencial do plano, mas apenas o adaptavam às condições econômicas e técnicas do município. Argumentaram que o trabalho fora realizado sob recomendações expressas de economia pelo prefeito Eusínio Lavigne, e que a substituição de canais abertos por galerias cobertas respondia a demandas de higiene e de uso racional do espaço urbano. Sustentaram, ainda, que os cálculos haviam sido realizados com base em plantas originais e que as modificações representavam aperfeiçoamentos técnicos e não desvios conceituais.¹³

Archimedes Gonsalves, autor do plano diretor, questionou junto à Caixa Econômica a escala utilizada nas plantas revisadas. Ele alegou que o projeto de Queiroz e Galdino havia sido desenhado na escala real de 1:4.000, embora declarasse 1:2.500, o que resultaria em erro de 37,5% nas medidas lineares e mais de 60% nas áreas calculadas.¹⁴ O parecer técnico da Caixa Econômica em resposta à Gonsalves confirmou a existência da discrepância e concluiu que o erro tornava o projeto e seu orçamento inservíveis.¹⁵ Queiroz reagiu com veemência, acusando Gonsalves de ignorância técnica e de “má vontade”. Alegou que todos os cálculos haviam sido baseados nas plantas originais em escala 1:1.000 e que o equívoco identificado dizia respeito apenas ao desenho de conjunto, sem repercussão nos cálculos hidráulicos.¹⁶

Enquanto o embate técnico se ampliava, o prefeito Eusínio Lavigne solicitou ao Conselho de Negócios Municipais autorização para revisar o plano diretor. Em ofício de fevereiro de 1936,

¹² PEREIRA, Enéas Gonçalves. I) – Parecer do Engenheiro Enéas Gonçalves Pereira. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 58–61.

¹³ QUEIROZ, Paulo Peltier de; MENDES FILHO, Galdino; ALMEIDA SOBRINHO, Miguel Calmon Du Pin e. J) – Resposta ao parecer do eng. Enéas Gonçalves Pereira. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 63–72.

¹⁴ GONSALVES, Archimedes de Siqueira. K) – O requerimento do engenheiro Archimedes de Siqueira Gonsalves ao Conselho Administrativo da Caixa Econômica. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 75–77.

¹⁵ CAMPOS, Osvaldo Vieira de; OLIVEIRA, Milton da Rocha; FERREIRA, Rubem Pires. L) – As respostas apresentadas ao eng. Archimedes de Siqueira Gonsalves. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 80.

¹⁶ QUEIROZ, M) – Exposição de motivos. Defeza apresentada ao Conselho da Caixa Econômica, p. 84–88.

argumentou que o crescimento urbano de Ilhéus havia se expandido para áreas não previstas, como a Velosa (atual bairro do Malhado), o que exigia atualização do traçado urbano proposto no plano. Também destacou lacunas do plano de 1933, como a ausência de definição de locais para o cemitério, o matadouro e o depósito de lixo.¹⁷

O engenheiro Jayme da Cunha Gama e Abreu foi designado relator do processo e emitiu parecer favorável à revisão. Considerou que o plano de 1933 se restringira à remodelação do núcleo urbano e ao tratamento do bairro do Pontal, negligenciando as zonas de expansão e o zoneamento suburbano. Gama e Abreu destacou ainda a ausência de estudo sobre insolejamento e ventilação, elementos centrais para a salubridade urbana.¹⁸ Seu parecer, acolhido pelo Conselho, levou à aprovação da Resolução Nº 7 de 11 de março de 1936, que autorizou a revisão do plano, condicionando o pagamento dos serviços à comprovação de sua utilidade técnica pelo Departamento Técnico de Administração Municipal.¹⁹

No entanto, Gonsalves elaborou alguns quesitos e os enviou para o Conselho de Negócios Municipais para demonstrar que o plano de 1933 já previa expansão urbana além do Pontal.²⁰ Os engenheiros-peritos do Conselho reavaliaram as questões levantadas por Gonsalves, afirmando que o plano original, de fato, abrangia arruamentos em todas as direções, inclusive áreas como a Fazenda Boa Vista e o morro da Conquista. Defenderam que o zoneamento do plano era tecnicamente correto e que as normas propostas, grandes lotes suburbanos e recuos obrigatórios, seguiam padrões modernos de urbanismo. Para os peritos, as críticas sobre o insolejamento eram injustas, pois 93% das ruas obedeciam à orientação solar adequada, e eventuais desvios se justificavam pela topografia.²¹ Em tese, as informações apresentadas pelos membros do Conselho absolviam tecnicamente os autores do plano diretor de 1933.

Em resposta, o relator do caso, Gama e Abreu, elaborou um novo parecer em novembro de 1936. O engenheiro reafirmou a legitimidade da Resolução nº 7 e sustentou que o Conselho tinha

¹⁷ LAVIGNE, Eusínio. C) – O officio da municipalidade de Ilhéos ao Conselho. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 29–31.

¹⁸ ABREU, Jayme Cunha da Gama e. E) – O segundo parecer do conselheiro Gama e Abreu. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 39–40.

¹⁹ SANTOS, João *et al.* F) – Resolução N. 7 do Conselho de Negócios Municipaes. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 43–44.

²⁰ GONSALVES. Archimedes de Siqueira. P) – Os quesitos formulados pelo eng. Archimedes de Siqueira Gonsalves. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 97–98.

²¹ SIMAS, Américo F.; SILVA, Oscar Caetano da; GUIMARÃES, Solon Nelson de Souza. Q) – As respostas apresentadas ao eng. Archimedes de Siqueira Gonsalves. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 107–109.

competência para autorizar revisões.²² Para ele, a mera previsão de arruamentos para áreas já estabelecidas não configurava plano de expansão, mas apenas uma representação gráfica. Explicou que um verdadeiro plano diretor deveria prever, além do traçado viário, os mecanismos de ligação entre os núcleos e as condições de infraestrutura capazes de sustentar o crescimento. Criticou o zoneamento do plano de 1933, considerando-o formal e desprovido de hierarquia funcional, e avaliou que as normas adotadas reproduziam modelos cariocas inadequados à escala de Ilhéus.

O parecer de Gama e Abreu também abordou o tema da insolação, observando que a aderência de 93% das ruas à orientação norte-sul não bastava para validar o projeto. Segundo ele, a boa insolação dependia de variáveis como latitude, ventilação e topografia, que não haviam sido devidamente estudadas. Defendeu, ainda, que o plano deveria ser revisto, pois a rápida expansão urbana, em apenas três anos, demonstrava que suas previsões eram insuficientes. O engenheiro concluiu que a revisão não implicava condenação dos autores originais, mas necessidade de adequação às transformações em curso.²³

Em 14 de dezembro de 1936, o Conselho de Negócios Municipais aprovou a Resolução Nº 555, elaborada com base no parecer de Gama e Abreu. O texto autorizava o prefeito de Ilhéus a “ampliar” o plano de remodelação e expansão da cidade, integrando novos núcleos populacionais, mas sem revogar o plano de 1933.²⁴ Essa decisão conciliava ambos os lados: reconhecia a necessidade de ajustes técnicos, mas preservava o valor do trabalho original de Da Rin e Gonsalves.

A partir de 1937, o engenheiro Paulo Peltier de Queiroz iniciou a elaboração de um novo plano, apresentado em 1938.²⁵ O documento incorporou levantamentos topográficos mais detalhados e atualizou as diretrizes de drenagem e zoneamento, consolidando uma síntese das lições aprendidas durante a disputa. O plano de 1938, para além de ter sido elaborado enquanto uma revisão formal, foi também uma reinterpretação do papel do planejamento urbano em Ilhéus, adaptado ao crescimento econômico e às novas concepções técnicas.

Técnica, poder e disputa pela legitimidade

²² ABREU, Jayme Cunha da Gama e. R) – Terceiro parecer do conselheiro Gama e Abreu. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéus e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 114.

²³ *Id.* S) – Parecer complementar do conselheiro Gama e Abreu. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéus e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 136.

²⁴ SANTOS, João *et al.* T) – Resolução N. 555 do Conselho de Negócios Municipais. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéus e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936, p. 139–140.

²⁵ QUEIROZ, Paulo Peltier de. **Novo Plano Regulador da Cidade de Ilhéus**. Bahia: [s.n.], 1938.

As disputas pela revisão do Plano Diretor de Ilhéus (1933–1938) podem ser interpretadas como um campo privilegiado para aplicar e entrelaçar diferentes leituras teóricas sobre a técnica, a modernidade e o papel do conhecimento no planejamento urbano. Os embates entre engenheiros, conselheiros e a municipalidade não se limitaram a divergências de cálculo ou de escala, mas mobilizaram concepções distintas de ciência, prática e representação da cidade moderna. Sob essa perspectiva, o caso de Ilhéus se torna um ponto de interseção entre a história da técnica e da sociologia da engenharia.

Por exemplo, Eda Kranakis oferece uma chave interpretativa ao distinguir duas tradições de engenharia: a francesa, centrada na teoria e na matemática; e a estadunidense, voltada à prática e à experimentação.²⁶ Essa oposição encontra referências na disputa entre Archimedes Gonsalves, da Escola Politécnica da Bahia, e Paulo Peltier de Queiroz, o jovem engenheiro que revisou o plano.

Gonsalves, formado numa tradição que valorizava o raciocínio abstrato e o cálculo formal, defendeu o plano de 1933 enfatizando seu mérito teórico, sua coerência conceitual e sua integridade metodológica. No texto do plano de 1933 havia a permissão de variantes de detalhes, correções pontuais que não afetariam a estrutura racional do projeto. A postura do revisor, por outro lado, remetia à tradição pragmática da engenharia empírica: seu argumento se baseava na insuficiência dos dados do plano original e na necessidade de ajustá-lo às evidências observadas no campo, como a taxa de precipitação pluviométrica ou o comportamento do solo. Essa tensão entre o prestígio da teoria e a urgência da verificação prática, isto é, entre o cálculo e a experiência, materializa o contraste descrito por Kranakis nos casos da França e EUA, mostrando como diferentes epistemologias de engenharia podem se confrontar em contextos distintos.²⁷

Esse embate também se articula a duas dimensões adicionais, entre elas a política-administrativa. Ao examinarmos as críticas formuladas por Peltier de Queiroz ao plano de 1933, em paralelo com sua concepção técnica sobre o papel estatal no planejamento urbano, emerge uma postura alinhada ao projeto nacional conduzido nos anos 1930. Sua visão atribuía centralidade ao urbanista na articulação de múltiplos campos do saber e reforçava a necessidade de um Executivo estruturado por parâmetros técnicos e científicos, coerente com a racionalização administrativa característica daquele período.²⁸

²⁶ KRANAKIS, Eda. Social Determinants of Engineering Practice: a Comparative View of France and America in the Nineteenth Century. *Social Studies of Science*, v. 19, p. 5–70, 1989.

²⁷ *Ibid.*, p. 12.

²⁸ FELDMAN, Sarah. Um ciclo de institucionalização do urbanismo no Brasil. In: FELDMAN, Sarah (Org.). *Instituições de urbanismo no Brasil: 1930-1979*. São Paulo; São Carlos: Anablume; IAU/USP, 2023, p. 12.

Gonsalves associava as críticas de Queiroz a ressentimentos pessoais e tentativas de deslegitimação de sua autoridade, enquanto o jovem engenheiro reivindicava neutralidade e rigor institucional. O Departamento Central das Municipalidades (DCM), proposto por Peltier de Queiroz ao interventor Juracy Magalhães como sucessor do CNM, surgiu enquanto mecanismo de assistência técnica e financeira aos municípios após a Constituição de 1934. O órgão assumiu feição varguista e policialesca, atuando como extensão da autoridade de Salvador e do governo federal sobre o interior baiano. Essa estrutura refletia a centralização político-administrativa do período, marcada pela supressão de instâncias legislativas locais e pelo estabelecimento de um sistema hierarquizado de comando. Nesse ambiente, o planejamento e o urbanismo consolidaram-se como instrumentos estatais de intervenção econômica, social e política sobre a cidade.²⁹

O plano diretor de 1933, elaborado até então sob o patrocínio de Juracy Magalhães e do prefeito Eusínio Lavigne, representava o modelo técnico de elite que o novo arranjo buscava substituir. A revisão em 1938 liderada por Queiroz – e legitimada pelo DCM – visava adequar o plano às “novas regras da ciência urbanística” e aos mecanismos federais de financiamento, convertendo o embate em disputa de legitimidade institucional e de paradigmas profissionais.³⁰

Uma segunda dimensão a ser destacada é que o confronto entre Archimedes Gonsalves e Paulo Peltier de Queiroz continha forte marca geracional e de status profissional. Gonsalves, professor catedrático de Estradas da Escola Politécnica da Bahia, desfrutava de prestígio consolidado e posição de autoridade, enquanto Queiroz, recém-formado pela mesma instituição, representava a geração emergente de engenheiros vinculados à prática técnica e modernização administrativa. A diferença de hierarquia se tornou evidente nas reações públicas já que defensores de Gonsalves, por exemplo, referiam-se ao oponente como “o novel engenheiro”.³¹ O próprio Queiroz admitiu que suas críticas despertaram desconforto entre os pares e que muitos as rejeitavam por respeito à posição acadêmica de Gonsalves. Ainda assim, afirmava agir em nome do “zelo técnico [guiado] pelo escrúpulo profissional”, e em defesa da correção de falhas que considerava evidentes no plano original.³²

Nesse sentido, o problema da autoridade técnica, central no debate, é aprofundado por Deborah Jean Warner, que analisa como a precisão dos instrumentos e dos dados atua como fundamento

²⁹ FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências. In: REZENDE, Vera F. (Org.). **Urbanismo na Era Vargas**: as transformações das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012, p. 53–59.

³⁰ Ver: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **Ensaio de urbanismo**. Bahia: Tipografia Naval, 1936.

³¹ Ver: FIGUEIREDO, Octavio de Britto. O plano director da Cidade de Ilhéus, **Revista Brasileira de Engenharia**, 1936.

³² QUEIROZ; MENDES FILHO; ALMEIDA SOBRINHO, J) – Resposta ao parecer do eng. Enéas Gonçalves Pereira, p. 69.

do prestígio científico.³³ No caso de Ilhéus, a disputa pela escala correta da planta de saneamento (declarada como 1:2.500, mas aferida como 1:4.000) simbolizou essa relação entre instrumento e autoridade. A discordância foi direcionada para além do mero detalhe técnico, representou um embate acerca de quem detinha a capacidade legítima de medir, representar e definir a verdade sobre o território.

Quando a Caixa Econômica Federal avaliou os questionamentos de Gonsalves acerca da revisão de Queiroz, concluiu que “se todo o projeto foi organizado” com o erro de escala, estava “naturalmente inutilizado o projeto e o respectivo orçamento”.³⁴ Isso nos mostra que não apenas haveria uma invalidação do conjunto de cálculos, mas também da posição profissional de Queiroz. Seguindo Warner, o conflito demonstra que a legitimidade de um projeto de engenharia não depende unicamente do raciocínio teórico, mas da exatidão dos instrumentos e da transparência dos dados que o sustentam. O artefato técnico, nesse caso, tornou-se o campo onde se jogava a própria autoridade do saber.

As contribuições de Madeleine Akrich oferecem uma leitura sociotécnica capaz de ampliar ainda mais o alcance da querela. Para Akrich, todo objeto técnico inscreve um “*script*”, um conjunto de intenções, comportamentos esperados e valores, que se materializa em sua forma e funcionamento.³⁵ No contexto de Ilhéus, o Plano Diretor de 1933 representava esse “*script do urbanismo*” de ordenamento e controle, projetando uma cidade racional e salubre. Contudo, esse script encontrou resistência na realidade demográfica e territorial: a expansão do núcleo urbano para áreas como a Velosa (atual Malhado), impulsionada pelo crescimento do comércio e pela economia do cacau, desafiou o modelo de cidade previsto pelos engenheiros. A necessidade de revisão expressa o momento em que o “usuário real”, no caso, a população e suas práticas de ocupação, reescreve o roteiro técnico, forçando sua adaptação, mas por outros atores imbuídos de autoridade administrativa.

A substituição dos canais abertos por galerias subterrâneas, defendida pelos revisores, é outro exemplo do conceito de Akrich. Os engenheiros tentavam impor um novo “*script*”, orientado pela higiene e pela disciplina do espaço público. O canal aberto, que nos termos de Queiroz funcionava como depósito de lixo e materiais putrescíveis, representava o conflito entre o projeto técnico e as práticas populares “primitivas” de uso do espaço urbano.³⁶ A adoção das galerias cobertas,

³³ WARNER, Deborah Jean. What Is a Scientific Instrument, When Did It Become One, and Why?. **The British Journal for the History of Science**, v. 23, n. 1, p. 83–93, 1990.

³⁴ CAMPOS; OLIVEIRA; FERREIRA, L) – As respostas apresentadas ao eng. Archimedes de Siqueira Gonsalves, p. 80.

³⁵ AKRICH, Madeleine. Como descrever os objetos técnicos?. **Boletim Campineiro De Geografia**, v. 4, n. 1, p. 161–182, 2014, p. 165.

³⁶ QUEIROZ; MENDES FILHO; ALMEIDA SOBRINHO, J) – Resposta ao parecer do eng. Enéas Gonçalves Pereira, p. 16.

portanto, buscava transformar o ambiente físico, os comportamentos e valores sanitários dos habitantes. De toda forma, o plano diretor não foi renunciado, mas se apresentou como um objeto estabilizado na disputa técnica e política.

Para além de tudo isso, o debate de Ilhéus não se limitou à funcionalidade dos sistemas hidráulicos, mas envolveu valores simbólicos e visuais associados à paisagem urbana. A substituição dos canais abertos por galerias subterrâneas, criticada por Pereira, ilustra o dilema entre a utilidade técnica e a expressividade estética. Para o engenheiro, Octávio Figueiredo, os canais abertos desenhados no plano diretor de Ilhéus, conferiam “beleza e originalidade” à cidade, articulando o traçado urbano à paisagem natural.³⁷ A supressão desses elementos em nome da economia e do sanitarismo, conforme a revisão de Queiroz, foi percebida como empobrecimento visual, um sintoma da subordinação da estética à técnica. Nesse sentido, Antoine Picon argumenta que todo projeto de construção é, simultaneamente, técnico e cultural, já que traduz visões de mundo e disputas de valores.³⁸ Em Ilhéus, a tensão entre a estética – dos canais abertos –, e a racionalidade – das galerias cobertas –, reflete o embate mais amplo entre duas formas de imaginar a cidade moderna que ora se complementavam, ora se repeliam.

Em conjunto, as interpretações desses autores permitem compreender o caso de Ilhéus como mais do que um episódio local de revisão técnica. Trata-se de um laboratório conceitual da modernidade brasileira, no qual se condensam dilemas universais sobre o papel da técnica na vida social. O confronto entre Gonsalves e Queiroz não se reduz a uma divergência entre cálculos hidráulicos: expressa o choque entre paradigmas distintos de racionalidade; entre a engenharia teórica e a empírica; entre a estética e a função; entre o projeto e a experiência. A disputa sobre escalas, taxas de chuva e traçados urbanos traduz a luta simbólica por autoridade e legitimidade em um campo profissional que se afirmava entre o prestígio científico e a responsabilidade prática.

Considerações finais

O caso da revisão do Plano Diretor de Ilhéus ilustra, de forma específica, as tensões que marcaram a institucionalização do urbanismo no Brasil da década de 1930; revela o entrelaçamento entre técnica e política, entre autoridade profissional e poder público; evidencia, também, a crescente importância das instâncias burocráticas na mediação de decisões urbanísticas, um reflexo da centralização varguista e da consolidação do Estado técnico-administrativo.

³⁷ FIGUEIREDO, O plano director da Cidade de Ilhéus, p. 123–124.

³⁸ PICON, Antoine. Construction History: Between Technological and Cultural History. *Construction History*, v. 21, p. 5–19, 2005.

Além de suas implicações institucionais, a revisão expôs o papel das escolas de engenharia na formação de paradigmas técnicos e na definição de autoridade sobre o espaço urbano. A crítica de Queiroz reflete o *ethos* de uma geração que buscava se legitimar por meio do rigor técnico e da quantificação; já a defesa de Gonsalves expressa o esforço de preservar a coerência de um plano concebido segundo ideais de modernidade e harmonia urbana.

O debate se encerrou sem vencedores absolutos, mas com um resultado importante: a consolidação de práticas administrativas e técnicas que passariam a orientar o urbanismo municipal. A trajetória do plano e de sua revisão evidencia a complexidade do processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil e a maneira como os conflitos entre engenheiros e gestores públicos foram decisivos para a definição dos rumos da política urbana no país.

Referências

ABREU, Jayme Cunha da Gama e. E)– O segundo parecer do conselheiro Gama e Abreu. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

_____. R) – Terceiro parecer do conselheiro Gama e Abreu. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

_____. S) – Parecer complementar do conselheiro Gama e Abreu. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

AKRICH, Madeleine. Como descrever os objetos técnicos?. **Boletim Campineiro De Geografia**, v. 4, n. 1, p. 161–182, 2014.

ANDRADE, Iuri Dantas da Silva. **A formação da Zona Suburbana da cidade de Ilhéus (1888-1933)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

BAHIA. Decreto N. 8432, de 23 de maio de 1933. In: DA RIN, Manoel; GONSALVES, Archimedes de Siqueira. **Plano director para a remodelação e expansão da cidade de Ilhéos**: relatório. Salvador: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1933, p. 111–112.

CAMPOS, Osvaldo Vieira de; OLIVEIRA, Milton da Rocha; FERREIRA, Rubem Pires. L) – As respostas apresentadas ao eng. Archimedes de Siqueira Gonsalves. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de. **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2.

DA RIN, Manoel; GONSALVES, Archimedes de Siqueira. **Plano director para a remodelação e expansão da Cidade de Ilhéos**: relatório. Bahia: Estabelecimento dos Dois Mundos, 1933.

FALCÓN, Gustavo Aryocara de Oliveira. **Os coronéis do cacau**: raízes do mandonismo político em Ilhéus (1890-1930). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

FELDMAN, Sarah. Um ciclo de institucionalização do urbanismo no Brasil. In: FELDMAN, Sarah (Org.). **Instituições de urbanismo no Brasil: 1930-1979**. São Paulo; São Carlos: Anablume; IAU/USP, 2023.

FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências. In: REZENDE, Vera F. (Org.). **Urbanismo na Era Vargas**: as transformações das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012.

FIGUEIREDO, Octavio de Britto. O plano director da Cidade de Ilhéus. **Revista Brasileira de Engenharia**, 1936.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **Os donos dos frutos de ouro**. 122 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

GONSALVES, Archimedes de Siqueira. K) – O requerimento do engenheiro Archimedes de Siqueira Gonsalves ao Conselho Administrativo da Caixa Economica. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

_____. P) – Os quesitos formulados pelo eng. Archimedes de Siqueira Gonsalves. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

KRANAKIS, Eda. Social Determinants of Engineering Practice: a Comparative View of France and America in the Nineteenth Century. **Social Studies of Science**, v. 19, p. 5–70, 1989.

LAVIGNE, Eusínio. C) – O officio da municipalidade de Ilhéos ao Conselho. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

PEREIRA, Enéas Gonçalves. I) – Parecer do Engenheiro Enéas Gonçalves Pereira. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

PICON, Antoine. Construction History: Between Technological and Cultural History. **Construction History**, v. 21, p. 5–19, 2005.

QUEIROZ, Paulo Peltier de. **Ensaio de urbanismo**. Bahia: Tipografia Naval, 1936.

_____. M) – Exposição de motivos. Defeza apresentada ao Conselho da Caixa Economica. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

_____. **Novo Plano Regulador da Cidade de Ilhéos**. Bahia: [s.n.], 1938.

_____. O plano Director da Cidade de Ilhéus. **Revista da Directoria de Engenharia**, v. 3, p. 131–132, 1935. (3).

_____; MENDES FILHO, Galdino; ALMEIDA SOBRINHO, Miguel Calmon Du Pin e. J) – Resposta ao parecer do eng. Enéas Gonçalves Pereira. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

RIBEIRO, André Rosa. **Memória e identidade**: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950). Ilhéus: Editus, 2005.

SANTOS, João; ABREU, Jayme Cunha da Gama e; TOURINHO, Demetrio; et al. F) – Resolução N. 7 do Conselho de Negocios Municipaes. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

_____; PEDREIRA, Genaro; TOURINHO, Demetrio; et al. T) – Resolução N. 555 do Conselho de Negocios Municipaes. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

SIMAS, Américo F.; SILVA, Oscar Caetano da; GUIMARÃES, Solon Nelson de Souza. Q) – As respostas apresentadas ao eng. Archimedes de Siqueira Gonsalves. In: QUEIROZ, Paulo Peltier de (Ed.). **O plano de Ilhéos e a questão do empréstimo**. Bahia: [s.n.], 1936.

WARNER, Deborah Jean. What Is a Scientific Instrument, When Did It Become One, and Why? **The British Journal for the History of Science**, v. 23, n. 1, p. 83–93, 1990.